



ACÓRDÃO Nº539/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº12135/2022.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Sistema de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Manicoré – SISPREV.

4- Exercício: 2021

5- Responsável: Walder André dos Santos da Fonseca (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICERP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1298/2023-DIMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Sistema de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Manicoré – SISPREV. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Recomendação. Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do Sistema de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Manicoré - SISPREV, exercício financeiro de 2021, sob responsabilidade do **Sr. Walder André dos Santos da Fonseca**, na condição de Diretor-Presidente e ordenador de despesa, nos termos do art. 22, II, da Lei nº 2.423/1996, pelas razões expostas no presente Relatório/Voto.

10.2. Dar quitação ao **Sr. Walder André dos Santos da Fonseca**, nos termos dos arts. 23 e 72, I, ambos da Lei n. 2423, de 10/12/1996, c/c o art. 189, I, da Resolução 04/2002 - TCE/AM;

10.3. Recomendar ao atual corpo gestor do Sistema de Previdência Social



ACÓRDÃO Nº539/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

dos Servidores Públicos do Município de Manicoré – Sisprev que:

- 10.3.1.** Ao menos a autarquia faça o controle mínimo de movimentação de materiais de estoque, ainda que de forma pequena e manual;
- 10.3.2.** Promova um plano de contingência para envio em prestações de contas posteriores, do parecer de auditores independentes, nos termos do que dispõe o art. 3º, alínea “c” inciso XIII da Resolução nº 08/2011-TCE-AM;
- 10.3.3.** Nas próximas prestações de contas, regularize o envio da relação dos responsáveis com especificação do membro e cargo exercido, inclusive apontando o dirigente de unidade administrativa ou gerente responsável pela gestão patrimonial, o encarregado da gestão orçamentária e financeira ou outro corresponsável por atos de gestão e ainda o Encarregado de almoxarifado ou de material em estoque;
- 10.3.4.** Providencie o exercício do controle interno da entidade, ainda que realizado pelo Poder Executivo Municipal, ou ao menos solicite da Controladoria do Município a execução deste mister;
- 10.3.5.** Em próximas prestações de contas, remeta a Corte de Contas a comprovação dos depósitos bancários na conta dos fundos geridos pelo SISPREV, sob pena de grave infração à norma legal;
- 10.3.6.** Elabore política de investimentos no exercício, disponibilizando aos servidores e inativos segurados acesso a tal política anual de investimentos, informações da APR - – autorização de aplicação e resgate nos casos de aplicações e resgates dos recursos previdenciários, composição da carteira de investimentos e datas e local das reuniões do Comitê de Investimento, ou a criação deste, caso ainda não exista;

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno a adoção das providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM, dando ciência às partes interessadas, por meio de seus advogados constituídos, se for o caso.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.



ACÓRDÃO Nº539/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

12- Data da Sessão: 28 de Março de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral